



Extensão rural feminista no Vale do Ribeira *Feminist rural extension in the Vale do Ribeira*

BARBOSA, Aline¹; AVANDO, Iolanda²

¹Universidade Estadual Paulista - UNESP, aagoncalvesb1@gmail.com; ² Universidade Estadual Paulista - UNESP, iolanda.avando@unesp.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Gênero, Feminismos e Diversidades na Construção Agroecológica

Resumo: Diante da invisibilidade da mulher no campo e dos territórios das populações tradicionais, é preciso dialogar com a construção de parcerias que possam atuar de encontro às demandas desses grupos. Esse relato discorre sobre uma experiência de extensão rural feminista com mulheres quilombolas do Vale do Ribeira. O objetivo das atividades era a geração de autonomia para as mulheres através da obtenção de renda própria por meio de produtos da agrobiodiversidade e através da economia solidária. Ao longo da experiência foi possível constatar o efeito das atividades sobre a autoconfiança, autorreconhecimento e auto valorização das mulheres e de seus conhecimentos e práticas. Além de movimentar diversos atores para que as ações pudessem ser realizadas, de forma que o impacto da ação agroecológica não se deu apenas nos grupos de mulheres.

Palavras-Chave: extensão rural; quilombos; economia solidária; feminismo.

Contexto

O trabalho consiste em uma experiência de extensão rural feminista realizada com mulheres agricultoras de comunidades quilombolas do município da Barra do Turvo, localizado no Médio Vale do Ribeira. Região de grande concentração de comunidades quilombolas e de conservação da Mata Atlântica no Estado de São Paulo. A experiência teve como enfoque acompanhar processos de consolidação da autonomia das mulheres através da geração de renda por produtos da agrobiodiversidade.

Faria (2011) discute que a divisão sexual do trabalho no contexto rural, dispõe as mulheres ao privado, ao doméstico, enquanto ao homem é relegado o papel produtivo e de geração de renda, divisão esta que restringe a atuação de ambos os gêneros, mas invisibiliza o potencial da mulher como agente econômico. Segundo ela, há o estabelecimento de uma hierarquia de gênero na unidade familiar rural, em que o homem é visto como o representante da família por desempenhar o trabalho que trará o retorno rentável. Neste aspecto, a autora discute o impacto da inserção capitalista nos meios rurais, em que só é considerado trabalho aquela atividade que está inserida no mercado. Logo, as atividades destinadas à manutenção da vida e ao cuidado, são colocadas em um local de não-trabalho, quase inexistentes no imaginário capitalista e neoliberal.



Faria (2011) afirma que é urgente a discussão sobre a quantidade de mulheres que trabalham no campo sem renda própria. O trabalho desempenhado por elas nos roçados, no contexto social rural, muitas vezes é visto como uma extensão do trabalho doméstico e o fato de desempenharem jornadas duplas ou triplas não é considerado. As mulheres camponesas são prejudicadas em acesso a necessidades básicas, como saúde, segurança e educação e com o recorte de raça, as mulheres negras são ainda mais afetadas. Neste contexto, serviços que possam criar espaços para o desenvolvimento de atividades que as desloquem do papel de servir a família são de suma importância, como: capacitações e alternativas de comercialização que se encaixem em seu ritmo e diversidade de produção, determinados por sua rotina.

É nesse cenário que surge a necessidade de se estabelecer meios que dialoguem com as demandas de mulheres agricultoras e, ainda mais, mulheres agricultoras em territórios tradicionais.

As atividades descritas neste trabalho foram realizadas junto a RAMA - Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras, e visaram auxiliar na articulação de uma cadeia de comercialização de produtos provenientes de grupos de mulheres quilombolas da Barra do Turvo e distribuí-los em Grupos de Consumo da cidade de São Paulo e região metropolitana. A rede atua em processos que visam a geração de renda das mulheres através da venda de produtos da agrobiodiversidade por meio da economia solidária. Esses produtos provêm de seus quintais, roçados e de suas cozinhas, são alimentos já cultivados e produzidos por elas em seu dia a dia. Mas, que a partir de um cenário de ausência de renda, dependência de terceiros e um alto índice de adoecimento psíquico, passam a apresentar um potencial de valorização de seus saberes e práticas e geração de autonomia. Entende-se aqui, autonomia como o ato de governar-se a si mesma e agir de acordo com a própria consciência. As atividades foram realizadas no primeiro semestre de 2020.

Descrição da Experiência

As atividades desenvolvidas junto a RAMA, visavam auxiliar na estruturação da cadeia que iniciava nos roçados, quintais e cozinhas e finalizava na entrega dos produtos aos co-produtores. Na primeira etapa eram realizadas reuniões com os grupos de mulheres, mutirões, acompanhamento da preparação dos pedidos e capacitações; logo após havia a etapa de recebimento dos produtos em São Paulo e distribuição entre os grupos de consumo consciente; reunião com os grupos de consumo; organização das cestas em um dos postos de entrega dos alimentos para os co-produtores; balanço final das vendas e acompanhamento dos pagamentos para as agricultoras. Por fim, foi realizada uma atividade de avaliação junto às agricultoras após dois anos do início das atividades, a fim de investigar se os objetivos estavam sendo alcançados. As atividades abrangiam oito grupos de mulheres quilombolas, divididos de acordo com os bairros de residência.



As reuniões aconteciam quinzenalmente e tinham a finalidade de organização da comercialização, troca de conhecimentos entre as agricultoras e as técnicas e articulação do grupo. Eram discutidos temas relacionados à produção, certificação orgânica, demandas das mulheres e demais assuntos levantados. As reuniões também possuíam caráter de capacitar novos grupos para iniciar na RAMA.

Já os mutirões aconteciam mensalmente e era uma ação de grande importância, a rotação da roça a receber a atividade era feita por sorteio entre as pessoas dos bairros que ainda não o receberam. O manejo realizado no mutirão é aquele mais trabalhoso para a agricultura, como a capina, trabalho que rende pouco quando em poucas pessoas, mas quando feito em muitas é rapidamente realizado. A média de participantes dos mutirões era de 15 a 20 mulheres e duravam geralmente o período da manhã.

É possível observar que a área para capina é extensa e de relevo dificultoso (imagem 1), característico da região, mas como haviam cerca de 20 mulheres, o trabalho foi realizado em meio período do dia. Além do trabalho, o mutirão também envolve a união das mulheres, as conversas e cantorias; práticas simples e tradicionais do campo para que o trabalho se torne menos enfadonho. Este momento de encontro em que estão presentes pelo menos de uma a duas mulheres de cada grupo, é importante para a realização de conversas e reuniões, em que os grupos apresentam suas demandas, as extensionistas levam os assuntos que precisam ser discutidos e é aberto o diálogo sobre o que precisa ser feito nos próximos encontros.



Imagem 1. Mutirão de capina

A etapa de coleta da produção e distribuição dos alimentos ocorria mensalmente e os produtos eram coletados nos grupos e enviados para São Paulo, o transporte era



realizado em conjunto com a Prefeitura do Município. Ao chegar em São Paulo os produtos eram distribuídos entre os grupos de consumo, a fim de serem entregues aos co-produtores. Uma das atividades deste relato foi acompanhar a entrega em um dos pontos da cidade de São Paulo (imagem 2), em que os pedidos eram realizados previamente e retirados no formato de cestas agroecológicas.



Imagem 2. Produtos no ponto de coleta.

Por fim, uma das atividades desenvolvidas foi a realização de uma oficina de avaliação do projeto, a fim de investigar o impacto das ações na vida das mulheres e averiguar se de fato os objetivos estavam sendo alcançados. Essa atividade será melhor descrita no tópico dos resultados.

Resultados

O processo avaliativo foi o parâmetro para obtenção dos resultados sobre as atividades desenvolvidas. Abaixo será descrito como foi realizado e os respectivos resultados. Como já mencionado, a avaliação foi realizada após dois anos do início das atividades.

A avaliação baseou-se em três pilares: Autonomia, Comercialização e Agroecologia, para os dois primeiros foram estabelecidas algumas perguntas, para o terceiro uma dinâmica de grupos. Para os dois primeiros pilares foram realizadas perguntas relacionadas a como as mulheres se sentiam diante dos desafios que motivaram a criação do projeto, as perguntas questionavam sobre autonomia, autoconfiança e violência indagando o quanto o projeto teve efeito sobre essas questões.

Foi possível constatar que a partir da obtenção da renda própria as mulheres demonstraram uma maior autonomia sobre suas vidas, desde a possibilidade de compra de artefatos de seu desejo, até a tomar suas próprias decisões, decisões que muitas vezes ficavam relegadas a terceiros. Foi possível constatar também que através do trabalho, elas ganharam autoconfiança para ocupar novos espaços em



grupos e coletivos, expressar suas opiniões e enxergar melhor o tamanho de seu potencial e o valor de seus conhecimentos.

No tema violência, é possível perceber o quão conflituoso é se posicionar nas situações em que ela ocorre e quão difícil é se deparar com essa realidade no campo. É um ponto a ser melhor trabalhado por todas as entidades que atuam nesse contexto.

Através da experiência foi possível constatar que projetos que dialoguem com as demandas das mulheres camponesas são de suma importância para a geração de autonomia e transformação de suas realidades, porém não substituem o papel das políticas públicas e de planos governamentais que sejam destinados a elas. Estes têm a capacidade de auxiliar de forma mais permanente na criação de um cenário de bem estar, seja na estruturação de cadeias produtivas, no acesso a serviços básicos e demais necessidades que elas apresentem, o Estado se faz muito ausente para as mulheres camponesas. Além de políticas públicas é preciso pensar sobre a extensão rural, não apenas como técnica, mas também como uma ferramenta social.

A extensão rural feminista, neste aspecto, vai além da transferência de conhecimentos, técnicas e articulações, mas sim, vai ao encontro do ser mulher, visando resgatar seu papel social, político e econômico, seu lugar de fala e importância. A extensão também auxilia na articulação com entidades locais que podem auxiliar na execução dos projetos.

Faria (2011) acrescenta que a responsabilidade da emancipação das mulheres do campo, não pode ficar relegada a elas próprias, essa seria uma saída fácil para o coletivo. Mas a transformação dessa realidade é uma responsabilidade de todos os atores sociais, inclusive dos que a criam e as mantêm na posição de invisibilidade.

Agradecimentos

A todas as mulheres do Vale do Ribeira que seguem firmes e fortes e ensinam sobre amor, resiliência e paciência. A equipe técnica que atuou no projeto, mulheres que acreditam na agroecologia e se dispõem a estar na linha de frente dessa luta.

Referências bibliográficas

FARIA, Nalu. Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher. *In: AUTONOMIA econômica e empoderamento da mulheres: Textos Acadêmicos*. Brasília: [s. n.], 2011. p. 229-248. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/840-_Autonomia_Economica_e_Empoderamento_da_Mulher_%C3%BB_Textos_Academicos.pdf#page=229. Acesso em: 13 jul. 2023